

Rafael Arcuri: Legalizar o cânhamo foi uma articulação conservadora

Contrariando todo e qualquer instinto político, os Estados Unidos legalizaram o cânhamo graças ao lobby dos conservadores. Por ser uma espécie de cannabis, a expectativa era o contrário: a legalização e o apoio progressista.



O peso econômico do cânhamo atraiu os estados

conservadores, como o

Kentucky. Muitos desses estados eram antigos produtores de tabaco. Com a redução do tabagismo e aumento dos impostos sobre cigarros, a receita diminuiu, exigindo uma nova fonte de renda, uma nova *cash crop*.

De acordo com Mitch McConnell, o senador republicano líder da maioria que articulou a legalização, o estado de Kentucky já tinha grande experiência com esse cultivo. Durante a segunda guerra mundial, o próprio governo federal teria feito um vídeo para estimular a produção de cânhamo desse estado para suprir a demanda interna americana. Segundo McConnell, a proibição teria sido consequência de uma "conexão duvidosa com um primo ilícito, a maconha".

Foram esses dois elementos que preparam o solo para a legalização do cânhamo: a urgência econômica de agricultores que estavam perdendo suas receitas e precisavam de uma alternativa rentável; e a compatibilidade entre o tabaco e o cânhamo.

Mas isso só foi possível a partir de uma distinção química com relevantes efeitos políticos: o cânhamo, diferentemente da maconha, não tem efeitos psicotrópicos, por conter quase zero THC. A partir dessa distinção quimiotaxonômica, o lastro político de Mitch McConnell, republicano e conservador, se viu inabalado. Ele podia ser a favor da legalização do cânhamo e ser contra a legalização da maconha.

A utilização do critério quimiotaxonômico, adotado pela legislação americana, diferencia a maconha do cânhamo por suas características químicas, não morfológicas — mas reconhece que ambas são espécies de Cannabis.

Podendo rejeitar a legalização da Cannabis para fins recreativos, a maconha, não houve contradição em militar pela legalização do cânhamo, que representa um mercado estimado em [22 bilhões de dólares](#) nos próximos quatro anos, só nos Estados Unidos.

No outro lado da arena regulatória, as empresas de tabaco já haviam percebido a mudança do cenário americano. A Altria, fabricante dos cigarros Marlboro, gastou US\$ [1,8 bilhão](#) para adquirir 45% da canadense Cronos, especializada em cannabis.

E todas essas mudanças ocorreram ainda em 2018, quando foi aprovado o Farm Bill que legalizou o cânhamo. O Farm Bill é uma lei americana [reeditada](#) a cada cinco anos e que abrange vários temas, como agricultura, nutrição e políticas públicas florestais. O Farm Bill de 2018 previu um total de investimentos e benefícios em torno de US\$ [867 bilhões](#) por ano e foi influenciado pela guerra fiscal entre Estados Unidos e China que prejudicou o agronegócio americano.

Ou seja, um dos pilares para a legalização foi o argumento econômico. Mas o argumento econômico que prevaleceu na arena política não estaria completo sem uma crise econômica setorial do agro, causada pela guerra fiscal da [Chimerica](#) e apadrinhada por Mitch McConnell.

Transportando esse cenário para o Brasil de hoje, podemos verificar alguns paralelos. A pandemia tornou as perspectivas de retomada da economia brasileira “[as piores possíveis](#)”. Isso demandará do Governo uma resposta econômica contracíclica. Como saída, a OCDE aconselha os estados a explorarem [novas fontes](#) renda e tributação, assim como a modificação dos sistemas tributários vigentes — já que os Estados estarão descapitalizados pelos efeitos da pandemia.

A recuperação econômica do Brasil será um problema, mas isso não nos diferencia do resto do mundo. O que torna nossa situação fiscal mais frágil é que o país entrou na crise da pandemia sem ter se recuperado da recessão de [2014 a 2016](#).

É sobre esse ponto que o paralelo fica mais forte com a experiência americana: a crise econômica setorial do agro. O discurso “liberal na economia e conservador nos costumes”, [defendido](#) pela atual administração, é completamente compatível com a legalização do cânhamo industrial — já que isso não implica em legalizar a maconha e resultará em relevante aumento de renda da base eleitoral, o agro. A premissa liberal é ainda mais exaltada quando se considera a geração de empregos que será consequência de uma menor intervenção do Estado na economia.

A crise que espera o Brasil no início de 2021 reacenderá a urgência da reforma tributária, o que, por sua vez, demandará soluções que criem riqueza, não só imponham austeridade. O cânhamo pode ser o lastro de uma difícil articulação política para a recuperação econômica do país.